PRODUZIR

O FUTURO DO AGRO E O MERCADO DE CARBONO

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



O DEBATE sobre os caminhos para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa sempre esteve muito próximo do agronegócio, trazendo consigo oportunidades, mas também desafios.

Uma das questões mais urgentes é avançar nas metodologias que garantem a mensuração das emissões na agropecuária, um trabalho que vem sendo liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o apoio de empresas e entidades do setor.

Somente a partir de uma mensuração realista, será possível ao produtor rural ter uma maior clareza para se engajar de forma cada vez mais ampla nos programas de incentivo à agricultura de baixo carbono, contribuindo para as metas de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, sendo recompensado por práticas que já adota ou que venha a adotar nas fazendas.

No início de outubro último, acompanhamos a aprovação do projeto que regulamenta o mercado de carbono brasileiro na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal. Os itens ligados ao setor primário da agropecuária foram retirados do projeto a pedido de parlamentares que integram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o que nos parece muito prudente, como medida temporária.

De modo algum, o agro quer ignorar a importância do tema. Pelo contrário, o assunto é tão relevante que merece ser aprofundado, melhor discutido, para que as regras mostrem o papel da agropecuária como aliada do Brasil no cumprimento das suas metas ambientais e, ao mesmo tempo, permitam o acesso de agricultores e pecuaristas ao mercado de carbono.

A SRB, por exemplo, tem feito uma série de discussões com a participação de especialistas no tema do Brasil e do exterior. Os objetivos têm sido mapear os caminhos para reduzir a pegada de carbono na agropecuária e viabilizar o acesso aos mecanismos financeiros que recompensam quem adota práticas alinhadas com a redução das emissões. O problema é que algumas práticas preservacionistas, como o plantio direto, só existem no Brasil e ainda não são contempladas nas metodologias internacionais. Já a conversão de pastagem degradada, por outro lado, traz a possibilidade do chamado "desmatamento evitado". Enfim, há uma série de variações que precisam ser bem detalhadas.

Nesse sentido, entendemos que são injustas e precipitadas as análises que tratam o agro como um vilão do meio ambiente e tentam criar legislações que acabam levando o produtor a pagar uma conta que não deve ser exclusiva de nenhum segmento da economia.

É muito importante que, a partir de agora, os nossos representantes e parlamentares avancem para aperfeiçoar os projetos que já tramitam no Congresso Nacional com foco no mercado regulado de carbono, incluindo, de forma coerente, os deveres e os benefícios para o agro responsável e sustentável, que já representa a maior parte da nossa produção. ■

"O problema é que algumas práticas preservacionistas, como o plantio direto, só existem no Brasil e ainda não são contempladas nas metodologias internacionais."